

ACTA n.º 2 – Consulta Prévia

Zona de Intervenção Florestal Loulé III – Carrasqueiro

-----ZIF 349/17-----

Ao vigésimo quinto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e trinta minutos, deu-se início à segunda Reunião de Consulta Prévia da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Serra do Caldeirão - Loulé III - Carrasqueiro, que decorreu em simultâneo com as reuniões de Consulta Prévia da ZIF - Loulé II – Vale da Rosa, ZIF Loulé IV - Besteiros e ZIF Loulé V - Corte D' Ouro, realizada no Salão Multiusos da Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão.

Na reunião estiveram presentes as seguintes entidades:

- ICNF, representada pelo técnico Francisco Amaral;
- APFSC, representada pelos técnicos: Pedro de Jesus e Susana Barreira;
- Representantes dos Núcleos Fundadores;
- Proprietários Florestais.

A APFSC, na qualidade de entidade colaboradora de apoio ao Núcleo Fundador das ZIF, pela voz do técnico Pedro de Jesus, deu as boas vindas aos presentes agradecendo a sua presença. Informou que, quer a Presidente Valentina Sousa, quer o Vice-Presidente Gilberto Pereira desta entidade, por motivos pessoais não puderam estar presentes na reunião, pelo que transmitiu, em nome destes, o agradecimento pela participação nesta reunião. Exposto isto lembrou que os presentes deveriam assinar a folha de presenças e procedeu com a apresentação em *powerpoint* sobre a ZIF em questão. Na apresentação foram explicadas algumas questões tais como:

- origem das ZIF;
- o que são as ZIF;
- delimitação das ZIF existentes;
- delimitação das ZIF a constituir;
- passos para o processo de constituição de uma ZIF;
- deveres e responsabilidades da entidade gestora;
- deveres e responsabilidades dos proprietários inseridos em ZIF;

- vantagens de ser aderente às ZIF.

No final da apresentação foi aberto um período de discussão de modo a que os presentes pudessem colocar todas as questões e dúvidas que ainda tivessem.

Foram colocadas as seguintes questões por parte dos presentes:

- “*No caso de prédios indivisos é necessários todos os proprietários autorizarem a adesão à ZIF?*” ao que foi respondido que sim. Nos prédios rústicos com mais do que um proprietário é necessária a autorização de todos os proprietários mencionados na caderneta predial, o mesmo se passa para prédios rústicos pertencentes a Heranças, onde todos os herdeiros têm que autorizar a adesão à ZIF.
- “*Há benefícios fiscais para os aderentes das ZIF?*” ao que foi referido que sim, de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 82-D/2014) aos terrenos enquadrados em zonas ZIF, existe a possibilidade de pedido de isenção de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) e IS (Imposto de selo), sendo que para isso será necessário obter uma declaração da entidade gestora da referida ZIF.
- “*Porquê de se constituírem quatro ZIF no concelho de Loulé e não apenas uma que abrangesse a área total?*”. O técnico Pedro de Jesus respondeu referindo a dificuldade de gestão processual bem como a dificuldade de se reunir os núcleos fundadores com área que abrangesse 5% da área da ZIF, podendo por em causa a constituição da ZIF. Ao dividir a área em quatro, mesmo que não fosse possível reunir as condições necessárias para a constituição de uma ZIF as outras áreas poderiam ter hipóteses de usufruir deste tipo de gestão;
- “*O Processo de constituição da ZIF tem algum relacionamento com o processo de Cadastro executado no Concelho de Loulé?*” tendo sido respondido que são processos distintos, no entanto a constituição na ZIF prevê a execução do cadastro da área da mesma, existindo inclusive projectos financiados pelo Fundo Florestal Permanente para esse efeito;
- “*Quem será a Entidade Gestora da ZIF?*” ao que o Técnico Pedro de Jesus respondeu que a EG da ZIF ainda não está definida mas foi demonstrada vontade do Núcleo Fundador que a APFSC fosse constituída EG;
- “*Para constituir a ZIF é necessário que 50% da área proposta seja aderente. Após atingida essa meta os restante proprietários florestais inseridos em ZIF passam*

automaticamente a aderentes?" tendo sido respondido que não, na área da ZIF é possível haver aderentes e não aderentes, proprietários que não querem fazer parte da ZIF;

- *"Qual o papel dos não-aderentes, relativamente ao Plano de Gestão Florestal?"* ao que o técnico Pedro de Jesus referiu que, de acordo com a legislação em vigor, o PGF é de cumprimento obrigatório para todos que detenham áreas dentro do limite da ZIF, aderentes e não aderentes, no entanto pode haver terrenos que detenham PGF próprio e nesse caso obedecem ao PGF da ZIF;
- *"Qual a duração do PGF e quem define quais as metas a cumprir?"* foi explicado pelo técnico do ICNF Francisco Amaral que existe uma hierarquia de planeamento, onde o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) está a um nível superior do PGF, sendo que este último vigora enquanto o PROF estiver em vigor e tem que respeitar metas definidas pelo PROF;
- *"Ser aderente da ZIF pode limitar investimentos na exploração florestal? Ou o proprietário pode rentabilizar a sua exploração como quiser?"* Tendo sido respondido que não é a ZIF nem o PGF que limitam as opções de escolha/investimento do proprietário. O proprietário deve informar a EG da ZIF das suas intenções quando esta estiver a fazer o PGF para que as suas intenções fiquem espelhadas no plano. No entanto o PGF pode sempre ser alterado;
- *"Quais as mais-valias (financeiras) que o proprietário pode retirar da ZIF?"* ao que foi explicado que as ZIF foram pensadas para as zonas de minifúndio, motivo pela qual estão concentradas na zona Norte e Sul do país e tinham como objectivo motivar os proprietários a praticarem a gestão conjunta das propriedades, conseguindo dar dimensão às intervenções de gestão, ultrapassando os problemas da pequena propriedade. No entanto existem muitas dificuldades em mobilizar os proprietários e a gestão integral ou total das ZIF pela EG não tem sido possível de implementar. O técnico Pedro de Jesus explicou ainda que no futuro poderá ser possível implementar ZIF de gestão integral devido à ausência dos proprietários nos territórios rurais. O técnico do ICNF Francisco Amaral tomou então da palavra explicando que actualmente as ZIF assumiram importância a outros níveis, nomeadamente na DFCI e no acesso aos fundos comunitários. Concluindo que a mais valia financeira que se pode retirar da adesão a uma ZIF será a primazia no acesso aos fundos comunitários;
- *"Como funcionam as ZIF's no resto do país?"* ao que o técnico Pedro de Jesus

respondeu que a APFSC, na qualidade de EG, já foi a vários encontros nacionais de EG de ZIF e verificou que a realidade das ZIF da Serra do Caldeirão é semelhante à verificada nas restantes ZIF do país;

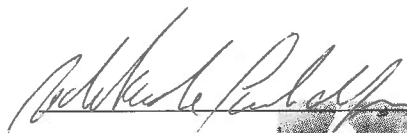
Não havendo mais perguntas por parte dos presentes o técnico do ICNF Francisco Amaral tomou a palavra referindo que considera que as ZIF são uma mais-valia para os proprietários e a única forma de ultrapassar os problemas que se verificam na Serra do Caldeirão, fraccionamento das propriedades rústicas, a falta de disponibilidade financeira por parte dos proprietários e dificuldade no acesso aos financiamentos públicos. Reforçou a ideia de que todo este processo é moroso e trabalhoso, que é necessário ter alguma paciência e que é importante a participação de todos, quer na elaboração dos planos quer nas reuniões realizadas, e ainda que é necessário ficar com a ideia de que as acções no terreno não serão efectuadas num curto espaço de tempo.

Não havendo mais dúvidas, o técnico Pedro de Jesus agradeceu a presença de todos e informou que será redigida uma ata desta reunião que será posteriormente validada pelo ICNF, dando como encerrada a reunião às dezasseis horas.



(Representante do Núcleo Fundador)

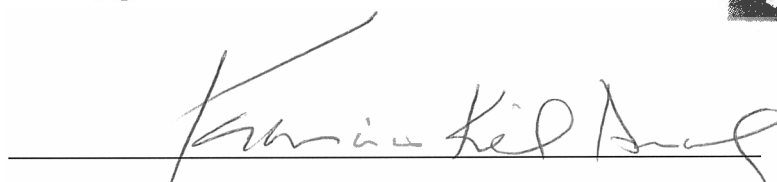
Manuel Pires Rodrigues



(Representante da APFSC)

Pedro de Jesus

Serra do Caldeirão
Associação de Produtores Florestais
NIF: 504 803 565
Barranco do Velho C.P. 701-Z
8100-159 Sahr



(Francisco Keil Amaral, Técnico Superior, na qualidade de representante do ICNF, I.P., DCNF Algarve, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 127/2005, de 5 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 67/2017, de 12 de Junho, confirma a autenticidade desta Ata, que constitui reprodução fiel de tudo quanto na reunião se passou, assim a validando)